



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas

Pag.: 78

rel

AI 72772/2017

Página 1 de 2

Data: 03/08/2018

PARECER ÚNICO RECURSO Nº 1026/2018

Auto de Infração nº: 72772/2017	Processo CAP nº: 487177/2017
Auto de Fiscalização/BO nº: M2763-2017-0000054	Data: 06/07/2017
Embasamento Legal: Decreto 44.844/2008, Art. 84, anexo II, código 214	

Autuado: Eliério Carlos Rodrigues	CNPJ / CPF: 038.544.976-36
Município da infração: Vazante/MG	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Giselle Borges Alves Gestora Ambiental com formação jurídica	1402076-2	<i>Giselle Borges Alves</i> Gestora Ambiental Masp: 1.402.076-2
De acordo: Renata Alves dos Santos Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	<i>Renata Alves dos Santos</i> Coord. do Núcleo de Autos de Infração SUPRE-1364404-2
De acordo: Sérgio Nascimento Moreira Diretor Regional de Fiscalização Ambiental	1380348-1	<i>Sérgio Nascimento Moreira</i> Diretor Regional de Fiscalização Ambiental RMSF 1.380.348-1

1. RELATÓRIO

Em 06 de julho de 2017 foi lavrado pela PMMG, o Auto de Infração nº 72772/2017, que contempla a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor total de R\$ 1794,17 por ter sido constatada a prática das seguintes irregularidades:

“Captar água superficial no Rio Escuro em desconformidade com a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 2302/2015” (Auto de Infração nº 72772/2017).

Em 11 de maio de 2018, a defesa apresentada foi decidida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente, sendo mantida a penalidade aplicada.

O Autuado foi devidamente notificado de tal decisão e apresentou recurso, protocolado dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto pelo art. 66, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, portanto tempestivo, no qual alega, em síntese, o seguinte:

- 1.1. Ausência de ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal formal;
- 1.2. Ausência de elementos indispensáveis à formação do Auto de Infração;
- 1.3. Ausência de intimação para alegações finais no processo administrativo;
- 1.4. Ausência de testemunhas;
- 1.5. Nulidade por incompetência da polícia militar para autuar e aplicar sanção cominatória;
- 1.6. Aplicação das atenuantes descritas no Art. 68, I, alíneas “f” e “i” do Decreto Estadual nº 44.844/2008;
- 1.7. Violação de devido processo legal material por não observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e insignificância;
- 1.8. Conversão de 50% da multa mediante assinatura de TAC, para medidas de melhorias do meio ambiente;
- 1.9. Requerimento de perícia técnica no empreendimento.